



- Com conhecimento ao Banco de Portugal

Secretário da Sociedade

Ao  
Secretariado do  
Comité das Autoridades de Supervisão Bancária

Lisboa, 2008 Fevereiro 22  
N. Refª nº 08-08/SS-ac

Assunto: Consultas públicas do CEBS sobre “Grandes Riscos” e “Fundos Próprios”

Exmos. Senhores,

No seguimento da Carta Circular recebida do Banco de Portugal, Ref. 122/07/DSBDR, sobre o assunto em epígrafe, vimos comentar os aspectos que em nossa opinião julgamos relevantes sobre o processo de Consultas em curso.

Quanto à revisão da regulamentação sobre Grandes Riscos, a nossa posição é coincidente com a posição de princípio defendida pelo Comité das Autoridades de Supervisão Bancária (CEBS). O CEBS considera que o estabelecimento de limites máximos à concessão de crédito a um mutuário ou a um grupo de mutuários interligados, como regulamentação autónoma à Directiva de Requisitos de Capital, em linha com o actualmente aplicável é o mais adequado. As razões prendem-se com os custos de controlo que esta regulamentação exige serem relativamente reduzidos. No entanto, partilhamos a posição defendida pelo CEBS, nomeadamente no que respeita à adopção de uma definição uniforme e clara sobre “clientes interligados” e à ligação desta regulamentação prudencial com o risco de concentração tratado em sede do Pilar II do Acordo de Basileia.

A introdução de limites flexíveis de exposição máxima para cada instituição em função da qualidade do mutuário, por exemplo em função de uma nota de rating, acarretará custos acrescidos de controlo obrigando a uma intervenção mais directa da autoridade de supervisão com impacto que julgamos negativo na actividade corrente das instituições.

Com os melhores cumprimentos,

Bruno Santos de Jesus